



## ÍNDICE

<b>Introdução</b> .....	<b>9</b>
<b>Preâmbulo histórico</b> .....	<b>23</b>
<b>I Parte – Os fidalgos antigos</b> .....	<b>57</b>
O primeiro duque de Palmela, 1781-1859. ....	59
O primeiro e o segundo condes de Vila Real, 1785-1855 e 1815-1858. ....	75
Os terceiros condes de Rio Maior, 1811-1872 e 1812-1890. . .	87
<b>II Parte – Os milionários do liberalismo</b> .....	<b>119</b>
José Maria Eugénio de Almeida, 1811-1872. ....	121
Dona Antónia Ferreira, 1811-1896. ....	141
José do Canto, 1820-1898. ....	153
O conde de Burnay, 1838-1909. ....	183
<b>III Parte – Os capitães da indústria do século XX</b> .....	<b>201</b>
Alfredo da Silva, Manuel de Mello e Jorge de Mello, 1871-1942, 1895-1966 e 1921-2013. ....	203
António Champalimaud, 1918-2004. ....	229
Américo Amorim, 1934-2017. ....	253
Belmiro de Azevedo, 1938-2017. ....	271
<b>Conclusão</b> .....	<b>287</b>

## INTRODUÇÃO

**D**urante muito tempo, pensei que nada existia no mundo para além da tribo que, ainda criança, conhecera em Cascais. Alguns dos meus amigos tinham antepassados que provinham da aristocracia de corte, coisa que, na altura, ignorava. Muitos teriam pais mais ricos do que os meus, mas nunca reparei em tal facto. As festas que davam eram tão comedidas quanto as suas indumentárias. A ostentação era tida como uma possidoneira de quem havia adquirido dinheiro recentemente. Não recordo um único adolescente – e estou a referir-me àqueles que possuíam os apelidos que o Dr. Cunhal gostava de citar como inimigos de classe – a quem tenha sido oferecido um carro aos 18 anos.

Só tarde percebi que o meu estatuto era o de uma híbrida social: pertencia e não pertencia ao «grupo». Isto, que me podia ter feito sofrer, teve uma vantagem: a de poder olhar os ricos por dentro e por fora. Sem ressentimentos, nem ódios. Há vinte anos, publiquei um artigo sobre a maneira como estas «famílias conhecidas» falavam, se vestiam e se casavam<sup>1</sup>. É possível que desde então tenha havido alguma mobilidade social, mas para aquilo

---

<sup>1</sup> Maria Filomena Mónica, *Cenas da Vida Portuguesa*, Lisboa, Quetzal, 1999.

de que me ocupo, o *status* (prestígio), o dinheiro pouco importa<sup>2</sup>. Talvez por me ter doutorado em Sociologia, estou atenta às nuances que caracterizam os grupos sociais. Sim, no plural, porque não são apenas as velhas famílias que têm os seus códigos: as outras, pertençam elas à classe média ou ao operariado, também os têm. Quem se comporta como nós, pertence ao grupo; os outros são, ou sentem-se, excluídos<sup>3</sup>.

Portugal é uma velha nação e por isso um título nobiliárquico concedido durante o período do liberalismo não é igual, em valor simbólico, ao atribuído em data anterior: os viscondes de Asseca (título dado em 1666 por D. Afonso VI a Martim Correa de Sá) eram vistos como sendo superiores ao duque de Ávila (feito conde em 1864 pelo rei D. Luís e, mais tarde, duque). É curioso ler o que, em 1853, o barão de Forrester escreveu sobre a sociedade portuguesa. Depois de ter notado que existiam dois tipos de nobreza, a velha e a nova, declarava que elas se podiam encontrar em ocasiões sociais, mas que jamais se «amalgavam»<sup>4</sup>.

Seguros dentro da sua redoma, muitos descendentes dos velhos aristocratas não se interessam por genealogia, mas a História demonstra o fosso que existia entre a nova e a velha nobrezas, paralelo ao que hoje existe entre os novos e os velhos ricos. A sociedade portuguesa parece democrática, mas os apelidos contam, e de que maneira, quando se trata de obter um bom emprego.

Ultimamente, tenho vindo a interrogar-me sobre quem eram, do ponto de vista social, os amigos com quem me dava em Cascais. Quase todos provinham de famílias que pertenciam a um

<sup>2</sup> Para o conceito de *status*, ver H. Gerth e C. Wright Mills, *From Max Weber: Essays on Sociology*, Nova Iorque, Routledge, 1970.

<sup>3</sup> Para as metamorfoses entre grupos sociais, ver o livro de António Araújo, *Da Direita à Esquerda: Cultura e Sociedade em Portugal, Dos Anos 80 à Actualidade*, Lisboa, Saída de Emergência, 2016, especialmente as páginas 20-1, 25 e 63-5.

<sup>4</sup> *The Oliveira Prize: Essay on Portugal*, Londres, 1853.

clube local intitulado a Parada. Criado em 15 de Outubro de 1879, o Sporting Club de Cascais (a sua designação oficial) havia sido frequentado pela família real, o que, desde logo, o tornava único<sup>5</sup>. Ao contrário do Turf ou do Tauromáquico, dois clubes sediados em Lisboa, a Parada destinava-se a acolher não apenas homens mas famílias, pelo que, ao tratar-se da admissão de algum membro, todo o cuidado era pouco. Casamentos, só entre eles. De facto, uma das suas características principais era a elevadíssima endogamia.

A presença quotidiana na Parada era reforçada pela convivência de algumas famílias fora dela. Em Cascais, existia um conjunto de habitações, a Gandarinha, inicialmente pertença do visconde dos Olivais (e depois de Manuel Espírito Santo), alugado, quer ao ano quer no Verão, a «famílias conhecidas», como os Avillezes, os Vilhenas e os Galveias. As casas eram contíguas, o que dava a impressão de os seus ocupantes pertencerem a uma família alargada.

Mesmo antes da fundação da Parada, a importância social de Cascais fora notada por Ramalho Ortigão que, em 1876, escrevia o seguinte: «Desde o meado de Setembro até ao fim da estação, Cascais torna-se o centro mais completo, o mais fino extracto da vida elegante em Portugal.» Contava, em seguida, que as senhoras se entretinham a coser fatinhos para os pobres, os quais eram depois distribuídos pela rainha. Após referir as *soirées* na Cidadela, que eram presididas pelo rei, escrevia: «É a plena vida de corte na sua expressão mais genuína. De dez senhoras que passam, com as suas *toilettes* de campo, vestidos de musselina semeados de flores silvestres, chapéus de palha, o grande leque – *coup*

---

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, a foto do rei D. Carlos na Parada, em Maria Filomena Mónica, *A Queda da Monarquia*, Lisboa, Dom Quixote, 1987. A instalação deste clube nos terrenos da antiga Parada da Cidadela de Cascais viria a determinar o nome por que ficou conhecido. Extinguir-se-ia em 1974, tendo a sua documentação sido recolhida, em 1989, pela Câmara Municipal. Em 1978, foi ali instalado o Museu do Mar.

*de vent* – suspenso do cinto por um gancho, oito são titulares. Representam os mais belos nomes da tradição monárquica.» Veja-se o que dizia a seguir: «As senhoras da burguesia destoam nesse meio e não fazem bem em sujeitar-se ao contraste desse confronto, a não ser que não tenham levado as suas jóias, que não ponham senão os seus vestidos velhos, que usem o mais simples dos penteados e que sejam fundamentalmente despreziosas e boas...» Após o que dava conselhos aos homens que quisessem frequentar Cascais: «Se quiseres ser recebido nesta sociedade especial, a alta sociedade portuguesa, em que se pegam toiros, em que se toca a guitarra, em que se dança o fado, não toques o fado, não pegues os toiros, não bebas, não fumes, não deites para trás o chapéu, dando-lhe um piparote na aba. Tudo isso fazem os fidalgos, mas tu, burguês, nunca parecerás um fidalgo se o fizeres.»<sup>6</sup> Este *self-made dandy* sabia do que falava<sup>7</sup>.

Em *Os Maias*, de Eça de Queiroz, os aristocratas e os ricos aparecem magistralmente descritos. O herói, ou se quiserem, o anti-herói, era Carlos da Maia. Dez anos depois de ter trocado Lisboa por Paris, regressava a Portugal. Em passeio pelo Chiado com o seu amigo Ega, olhou os homens – ricos e vadios – que por ali circulavam sem destino. Carlos confidenciou ao amigo: «Isto é horrível, quando se vem de fora. Não é a cidade, é a gente. Uma gente feíssima, encardida, molenga, reles, amarelada, acabrunhada.» Foram descendo o Chiado, até se sentarem num banco do Passeio Público, onde Ega louvou as obras ali recentemente empreendidas.

Diante do sorriso sarcástico de Carlos, Ega abandonou o tom positivo, passando a fazer troça das botas pontiagudas dos jovens

<sup>6</sup> Ramalho Ortigão, *As Praias de Portugal*, Lisboa, Clássica Editora, 1943, pp. 176-178.

<sup>7</sup> Em Janeiro de 1876, em *As Farpas*, Ramalho Ortigão publicaria um guia para os novos-ricos que quisessem transitar «dos tamancos aos arminhos». Ver Ramalho Ortigão, *As Farpas*, Lisboa, Clássica Editora, vol. VI, pp. 193-225.

que por ali andavam. Até que ambos concordaram que aquele calçado era mais uma das estúpidas imitações da moda francesa. Meditando sobre o que via, Carlos afirmou: «De modo que isto está cada vez pior...» Ega lamentou então nada haver de «genuíno neste miserável país...». Carlos apontou-lhe os velhos outeiros da Graça e da Penha: «Resta aquilo, que é genuíno...» Enumerou: «No cimo, assentavam pesadamente os conventos, as igrejas, as atarracadas vivendas eclesiásticas, lembrando o frade pingue e pachorrento, beatas de mantilha, tardes de procissão, irmandades de opa atulhando os adros, erva-doce juncando as ruas, tremço e fava-rica apregoada às esquinas, e foguetes no ar em louvor de Jesus. Mais alto ainda, recortando no radiante azul a miséria da sua muralha era o castelo, sórdido e tarimbeiro (...). E abrigados por ele, no escuro bairro de S. Vicente e da Sé, os palacetes decrépitos, com vistas saudosas para a barra, enormes brasões na paredes rachadas, onde entre a maledicência, a devoção e a bisca, arrasta os seus derradeiros dias, caquética e caturra, a velha Lisboa fidalga!» Ao que, com ar pensativo, Ega declarou: «Sim, com efeito, é talvez mais genuíno. Mas tão estúpido, tão sebento.» E terminou: «Não sabe a gente para onde se há-de voltar... E se nos voltamos para nós mesmo, ainda pior!»<sup>8</sup>

Dispomos ainda de um testemunho interessante, o de Raul Brandão que, no primeiro volume das suas *Memórias*, evoca o ambiente de Cascais. Depois de ter lembrado que a Parada – um clube de que certamente não era sócio – havia sido fundada por um pequeno número de «aristocratas neurasténicos e comodistas», a quem se tinham colado alguns arrivistas, eis como caracterizava o grupo: «Desprezo absoluto pelas boas maneiras, pela cortesia corrente (só se cumprimentam as pessoas que passem perto e essas mesmas com marcada indiferença), ignorância completa das regras de gramática (isso seria «falar difícil») e da

<sup>8</sup> *Obras de Eça de Queirós*, Porto, Lello & Irmão, s/d, vol. II, pp. 482-487.

ortografia. Cultivam só o corpo diplomático e a religião, vestem bem, jogam muito, dançam muito e bem e flirtam na perfeição.» Muito antes de Nancy Mitford ter notado o uso do vocabulário como sinal distintivo de classe, eis o que ele escrevia: «Votam ao ostracismo algumas palavras que nós dizemos e que são *possidónias*, como chávena, trem, farmácia, carnaval, etc. etc.»<sup>9</sup>

Ao contrário do que sucedia em Inglaterra, os fidalgos portugueses não viviam nas suas propriedades<sup>10</sup>. Muitos pertenciam à nobreza de corte, a qual, por definição, tinha de viver em Lisboa. As suas terras eram entregues a rendeiros que pouco ou nada sabiam de agricultura, que se desleixavam no pagamento das rendas e que olhavam com rancor quem lhes extorquia os frutos do trabalho. No que diz respeito à centralização, a diferença, em relação ao que se passava em Espanha, era notória. No princípio do século XIX, enquanto em Portugal todos os titulares tinham residência habitual em Lisboa, menos de metade dos grandes de Espanha – 84 em 194 – residia na capital.

No Verão de 1898, Eça de Queiroz, ainda cônsul em Paris, veio a Portugal a fim de tratar da herança da sua mulher, Emília de Castro (Resende), que pertencia a uma família da aristocracia

<sup>9</sup> R. Brandão, *Memórias*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, s/d, vol. 1, pp. 208 e 214. Em Inglaterra, este tema ganhou uma enorme popularidade após a publicação, em 1955, do ensaio de Nancy Mitford, *The English Aristocracy*, o qual viria a ser integrado em varias colectâneas. Ver *Noblesse Oblige*, Oxford University Press, 2002. Inspirada por ela, em 1997, escrevi um artigo, «As Classes Superiores e as Outras», que incluí no meu livro *Cenas da Vida Portuguesa*, Lisboa, Quetzal, 1999, pp. 57-68.

<sup>10</sup> O seu nível de vida não se podia comparar com o dos fidalgos europeus, infinitamente mais ricos e poderosos. Para o estilo de vida da nobreza europeia, ver D. Cannadine, *The Decline and Fall of the British Aristocracy*, Londres, Penguin, 1995, D. Higgs, *Nobles in Nineteenth Century France*, Londres, The John Hopkins University Press, 1987, D. Lieven, *The Aristocracy in Europe, 1815-1914*, Londres, MacMillan, 1992, A. Mayer, *The Persistence of the Old Regime: Europe to the Great War*, Londres, Croom Helm, 1981, F. M. L. Thompson, *English Landed Society in the Nineteenth Century*, Londres, Routledge Kegan Paul, 1965 e T. Zeldin, *France, 1848-1945*, Oxford University Press, 1979-1981.



do Porto<sup>11</sup>. Nas partilhas após a morte da mãe, Emília ficara com uma casa e uma quinta em Santa Cruz do Douro, concelho de Baião, tendo pedido ao marido que fosse visitar a propriedade, pois gostaria de ali passar uma temporada<sup>12</sup>. Numa carta à mulher, eis como Eça relatava o que vira: «A casa, essa, inteiramente me convenceu da sua inabitabilidade. Nunca seria possível vir passar aqui dois meses de férias por gosto este ano, mesmo com o alegre propósito de *roughing it*. Não há quartos, não há mesmo cozinha. Realmente, a casa, tal qual está é um vasto celeiro. Excelente para guardar milho, impossível para conter uma família.»

Mais do que a habitação principal, o que o impressionou foram as condições de vida dos caseiros, habitando «uns buracos negros, de incomparável imundície». Era crítico em relação ao estado em que esta gente vivia: «Um dos inconvenientes destes sítios é a horrenda imundície da gente! Decerto há miséria, e esse é um dos reversos de toda esta beleza. Decerto as casas de aldeia ou dos caseiros são, por culpa dos proprietários, verdadeiros covis, onde mesmo o gado estaria mal.» Em suma, a família Resende deixara tudo ao abandono.

Não temos dados para saber exactamente quantos proprietários assim se comportavam, mas tudo indica que a velha nobreza possuía hábitos iguais ou parecidos aos dos Resendes. A inexistência, em Portugal, de centros intermédios de poder, designadamente de âmbito regional, é uma das características singulares da monarquia portuguesa. A primeira nobreza portuguesa distinguia-se por se casar entre si, sendo raros os casos de matrimónios com membros da nobreza da província. O grupo vivia dentro de uma redoma de onde raramente saía<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> Maria Filomena Mónica, *Eça de Queirós*, Lisboa Quetzal, 2001, pp. 330-31.

<sup>12</sup> Hoje existe ali uma casa-museu em memória de Eça, pelo que o local passou a ser designado por Tormes, um nome por ele inventado em *A Cidade e as Serras*.

<sup>13</sup> Nuno G. Monteiro, *op. cit.*, pp. 428-9.

O termo «rico» possui uma raiz indo-europeia, a mesma que produziu a palavra céltica *rix*, a latina *re* e a sânscrita *rajah* que significa rei. Num grande número de sociedades, o conceito de riqueza andou, durante séculos, ligado ao de realeza. Em sucessivos momentos da História, os ricos provinham da corte, da classe comercial ou de certos grupos profissionais. Actualmente, embora alguns ricos se mantenham ricos, acabaram por ser superados por outros: daí a aparição do termo *super-ricos*, que inclui alguns daqueles que aparecem na lista que a revista *Forbes* publica<sup>14</sup>.

Não vale a pena inventar uma definição «científica» de ricos, pois há muitas e todas parcialmente válidas<sup>15</sup>. A definição apenas com base no dinheiro parece-me aliás demasiado grosseira. Note-se o que Alan Clark, um ex-ministro de Margaret Thatcher, disse a propósito do seu rival Michael Heseltine. Venenosamente, afirmou ser este o género de pessoa que tivera de comprar a mobília quando se casara, de onde se deduzia que um «rico» (ou um *gentleman*) seria alguém que herdara os objectos que decoravam a sua habitação. Embora Alan Clark não tivesse uma linha genealógica estendendo-se por várias gerações, herdara do pai, o historiador

---

<sup>14</sup> O termo é arbitrário, mas tem dado origem a uma extensa bibliografia. Ver, por exemplo, J. Kampfner, *The Rich: From Slaves to Super Yachts, a 2000-year History*, Londres, Abacus, 2015, W. Martin, *Primates of Park Avenue*, Simon & Schuster, Nova Iorque, 2015, G. Clark, *The Son Also Rises, Surnames and the History of Social Mobility*, Princeton University Press, 2014, A. Clark, *Brazillionaires, The Godfathers of Modern Brazil*, Londres, Profile Books, 2016, D. Brooks, *Bobos in Paradise, The New Upper Class and How They Got There*, Simon & Schuster, Nova Iorque, 2000, e C. Freeland, *Plutocrats, The Rise of the New Global Super-Rich*, Londres, Penguin, 2012.

<sup>15</sup> O relatório *Global Wealth 2017*, elaborado pelo Crédit Suisse, calcula existirem em Portugal 68 000 milionários, um número que parece absurdo. Contudo, temos de nos lembrar que o termo «milionário» inclui todos aqueles que detêm um património igual ou superior a 1 milhão de dólares (cerca de 860 mil euros); ver *O Correio da Manhã*, 15.11.2017. Recentemente, a administração fiscal portuguesa decidiu inspeccionar quem fosse «rico», ou seja, quem tivesse um rendimento anual de 750 mil euros ou um património superior a 5 milhões de euros. O seu número seria de 758 pessoas, ver *Público*, 20.2.2018. Como se vê, a atribuição do termo é arbitrária.

Kenneth Clark, o do célebre programa televisivo «Civilisation», não só um castelo, mas um sentido de humor imbatível<sup>16</sup>.

Em 1926, F. Scott Fitzgerald publicou um conto admirável, *The Rich Boy*<sup>17</sup>. O narrador começa por afirmar: «Deixem-me falar dos muito ricos: eles são diferentes de ti ou de mim.» Hemingway ripostará: «A única diferença entre os ricos e as outras pessoas reside no facto de os ricos terem mais dinheiro.» À primeira vista, pode parecer que Hemingway tem razão, mas não creio ser esse o caso: os ricos são mesmo diferentes. Acontece que essas diferenças podem não ser imediatamente visíveis: não são tanto os carros que os distinguem, mas subtilezas, como o vocabulário. É verdade que mesmo dentro do grupo dos ricos há diferenças, mas a afirmação de F. Scott Fitzgerald mantém-se verdadeira. Os ricos são, na verdade, diferentes.

Pouco a pouco, deixei de rotular certos grupos, o que significou que a Sociologia, especialmente a que hoje é ensinada nas Universidades, deixou de me interessar. Para certas características – a mobilidade social, a taxa de desemprego ou as escolas frequentadas – os estudos sociológicos são úteis, mas, quando queremos penetrar mais fundo, os métodos sociológicos não servem. Do que eu precisava não era de uma faca, mas de uma pinça.

Por isso, nesta obra, desisti de usar um critério quantitativo (como fizera no livro *Os Grandes Patrões da Indústria Portuguesa*)<sup>18</sup>. Mais do que as suas estratégias económicas, inte-

---

<sup>16</sup> Ver o livro de P. Scrivenor, *Mad Toffs, The British Upper Class at their Best and Worst*, Londres, Metro Publishing, 2016. Ver ainda, a propósito de como as pessoas se consideram no que respeita ao dinheiro, a interessante entrevista de Lady Diana Mosley, uma das famosas Mitford Sisters, em <https://www.youtube.com/watch?v=lzkbouKG830>

<sup>17</sup> F. Scott Fitzgerald, «The Rich Boy», publicado na revista *Red Book* em Janeiro e Fevereiro de 1926. Para uma visão dos ricos, este conto é mais importante do que *The Great Gatsby*. Veja-se ainda *The Theory of the Leisure Class*, de T. Veblen, Londres, Unwin Books, 1970 (a 1.ª edição é de 1899).

<sup>18</sup> Maria Filomena Mónica, *Os Grandes Patrões da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1990. Nesta obra, o critério foi o volume de vendas das suas empresas.

ressava-me olhar as pessoas nas suas variadas dimensões. Tendo optado por estudar os ricos num arco temporal longo, o método havia necessariamente de ser diferente. Neste livro, acabei por usar fontes secundárias e, sempre que possível, documentação existente nos arquivos familiares. No caso dos ricos mais recentes, aproveitei ainda as entrevistas por mim feitas.

Poderão criticar-me por aqui ter incluído alguém que o não merecia ou por não ter escolhido falar de quem devia. Mas a minha escolha estava, em grande medida, determinada pelas fontes a que tive acesso. Infelizmente, muitas das grandes famílias portuguesas não prezam os seus arquivos, o que limita o trabalho dos historiadores. Como o que pretendia analisar não era tanto saber o património que tinham deixado ao morrer, mas como viviam, como lidavam com os familiares e como olhavam a política, era-me essencial dispor de correspondência, diários ou memórias.

Existem, não o nego, algumas memórias, e li-as com atenção. Mas o que me fazia falta eram cartas de natureza pessoal. Ora, raras são as famílias que as preservaram<sup>19</sup>. É por isso que desejo citar três casos: o de Fernando Albuquerque, que tem o arquivo familiar bem organizado na sua Casa de Mateus, o de António Saldanha, que encontrou correspondência dos seus antepassados num sucateiro, e o da família Canto, tanto quanto sei o mais completo espólio familiar que existe em Portugal<sup>20</sup>. Antes de falar da vida de alguns ricos, quero fazer uma advertência.

---

<sup>19</sup> Estou consciente de que algumas famílias possuem cartas dos seus antepassados, mas a maior parte das vezes estas encontram-se dispersas por vários membros da família, como, segundo consta, sucede com a correspondência de Dona Antónia Ferreira. O arquivo deixado por José Maria Eugénio de Almeida está na sede da Fundação Eugénio de Almeida, em Évora, mas contém sobretudo documentos comerciais. O arquivo particular de António Champalimaud seria entregue à Fundação por ele criada, mas apenas depois de o seu testamenteiro, Carlos Eugénio Corrêa da Silva, ter eliminado centenas de cartas àquele dirigidas, muitas delas a pedir dinheiro. Resta saber que tipo de correspondência teria ele recebido da família. Ver a reportagem de Pedro Jorge Castro, *Sábado*, 14.4.2016.

<sup>20</sup> O espólio de José do Canto encontra-se na Universidade dos Açores e na Biblioteca de Ponta Delgada.